Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 12 2019	15h25min	ORDINÁRIA	42

Solicito ao Relator, Deputado Leandro Grass, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a emenda de plenário.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) –

IUNA

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer à Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 1.608, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os cinemas, no âmbito do Distrito Federal, exibirem antes de qualquer sessão, filmes institucionais com esclarecimentos e alertas quanto aos crimes de pedofilia e combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes e dá outras providências”.

O parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar é favorável à Emenda Modificativa de autoria do Deputado Fábio Felix e do Deputado Cláudio Abrantes.

É o voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 12 2019	15h25min	ORDINÁRIA	43

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.608, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os cinemas, no âmbito do Distrito Federal, exibirem antes de qualquer sessão, filmes institucionais com esclarecimentos e alertas quanto aos crimes de pedofilia e combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes e dá outras providências”.

A emenda apenas adequa o que já fora aprovado aqui anteriormente ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, não havendo qualquer problema de juridicidade, o parecer é pela admissibilidade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

SECRETARIA LEGISLATIVA
PL Nº 1608/17
Folha nº 27 de 28